



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

26 de Setembro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 26/09/2014
Assunto: Bolsas de Estudos no Reino Unido		Página: 32

DIÁRIO CATARINENSE

INGLATERRA

O embaixador do Reino Unido, Alex Ellis, cumpre hoje roteiro de visitas as autoridades e instituições. Estará na Pedra Branca (Palhoça) e vai visitar o Sapiens Park, para aprofundar análise sobre convênio com a Fundação Gerti na área de inovação tecnológica. A Inglaterra ampliou o número de bolsas de estudos para estudantes foram do eixo Rio-São Paulo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Estela Benetti

Data: 26/09/2014

Assunto: Bolsas de Estudos no Reino Unido

Página: 27

DIÁRIO CATARINENSE

VAGAS PARA ESTUDANTES

O EMBAIXADOR DO REINO UNIDO NO BRASIL, ALEX ELLIS, DISSE QUE O GOVERNO BRITÂNICO TEM INTERESSE EM ATRAIR MAIS ESTUDANTES CATARINENSES PARA PROGRAMAS DE ESTUDOS. SEGUNDO ELE, O FATO DE O ESTADO TER O MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO PAÍS (IDH) E SER FORTE EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SÃO RAZÕES PARA SEU PAÍS DAR MAIS ATENÇÃO. ELLIS DISSE QUE A META DO REINO UNIDO É TRIPLICAR O NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDOS PARA O BRASIL NO PROGRAMA CHEVENING, QUE OFERECE MESTRADO GRATUITAMENTE. ATUALMENTE, A GRÃ-BRETANHA É O SEGUNDO DESTINO MAIS PROCURADO POR BRASILEIROS NO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS EM MESTRADO, E O PRIMEIRO PARA DOUTORADO. ESTA SEMANA, PESQUISADORES DE SC E DO PAÍS GANHARAM MAIS UMA OPÇÃO PARA ESTUDAR POR LÁ, O FUNDO NEWTON, COM BASE EM ACORDO FIRMADO PELO CONFAP E FAPESC.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua vida

Data: 26/09/2014

Assunto: Educação Especial

Página: 30 e 31

DIÁRIO CATARINENSE

MATRÍCULA REJEITADA

ESCOLA PARTICULAR EM Florianópolis negou a inscrição de menino de quatro anos com autismo, apesar de existência de lei que prevê o acolhimento de alunos com necessidades especiais. Pelo menos 1,5 mil crianças e jovens nessas condições estão fora da aula em SC

ÂNGELA BASTOS

angela.bastos@diario.com.br

Um não. Foi o que recebeu a secretária Edineia Albini ao procurar uma escola para fazer a matrícula do filho de quatro anos. O menino possui diagnóstico de autismo. A lei assegura à criança o direito de frequentar o ensino regular. O caso ocorreu em Ingleses, Norte da Ilha, em Florianópolis. O Colégio Santa Teresinha é particular e tem 720 alunos. A direção alega não possuir estrutura para atender a um aluno que considera necessitar de "ensino diferenciado".

Desorientada, a mãe foi ao conselho tutelar, que sugeriu registrar Boletim de Ocorrência. A escola pode ser representada ao Ministério Público. Tanto a mãe quanto o pai, Willian da Silveira Albini, cozinheiro, acreditam em

- Não foi só o não. Disseram que a média era 7 e que nosso filho não a alcançaria - afirmam.

A mãe procurou a escola pela proximidade de casa e pelas atividades extra, como natação, judô e teatro. Como João Victor é gêmeo de Ana Júlia, os irmãos seriam matriculadas na mesma escola. A família dividiria os custos: pais e avós assumiriam as despesas em torno de R\$ 500 por criança.

DIRETOR ALEGA FALTA DE ESPECIALISTA

Domingos Ghedin é diretor e dono da escola. Ele entende que, por se tratar de uma instituição de ensino regular, não está obrigado a aceitar a matrícula.

- Não temos aluno nessa condição nem especialista para crianças que precisem de ensino diferenciado - diz.

Para ele, a lei deve ser aplicada a escolas públicas e não particulares, as quais funcionam como empresas. O diretor diz não ter intenção de contratar profissionais na área.

Não é só João Victor que perde, mas todos que iriam interagir com ele, diz a psicóloga Hebe Regis, que por 12 anos atuou na Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae).

- O convívio com os diferentes é uma experiência rica, que faz perceber não apenas os limites, mas também as possibilidades de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

No Brasil, 140 mil crianças estão fora da sala de aula

Casos como de João Victor representam um universo de 140 mil crianças e jovens brasileiros com até 18 anos. Em Santa Catarina, são 1,5 mil. Pessoas com autismo, transtornos de desenvolvimento, deficiências, superdotação que estão fora da escola. Apesar disso, houve avanços: em 2007, esse número chegava a 374 mil.

Para a coordenadora executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Iracema Nascimento, é preciso avançar mais.

- Garantir matrículas das pessoas com deficiência em escolas regulares, superar a falta de estrutura escolar, ampliar a qualificação de professores e vencer a resistência de famílias são alguns dos desafios - afirmou.

ENTENDA

* O QUE DIZ A LEI

A lei nº 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 27 de dezembro de 2012. Dá direito a atendimento especializado e obriga o Estado e entidades privadas a garantir o acesso à educação e ao mercado de trabalho, dentre outros direitos.

Escolas e planos privados de saúde não poderão rejeitar pessoas com autismo e essas podem reivindicar prioridade no atendimento. O gestor escolar que rejeitar a matrícula de um aluno pode receber multa de três a 20 salários mínimos.

* O QUE É O AUTISMO

Autismo é um transtorno global do desenvolvimento (TGD) que tem influência genética e é causado por defeitos em partes do cérebro. Caracteriza-se por dificuldades significativas na comunicação e na interação social, além de alterações de comportamento, expressas principalmente na repetição de movimentos, como balançar o corpo, rodar uma caneta, apagar-se a objetos ou enfileirá-los de maneira estereotipada.

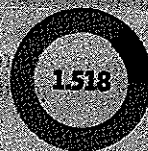
RAIO X DA DESIGUALDADE

QUEM TEM DIREITO

Pessoas com transtornos globais do desenvolvimento (psicoses infantis, síndrome de Asperger, síndrome de Kanner e síndrome de Rett), transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação

Crianças e adolescentes de zero a 18 anos que estão fora da sala de aula

SANTA CATARINA



14,8%
número equivalente a 8,741 mil que recebem o benefício*

BRASIL



29,84%
dos 458,231 que recebem o benefício

* O Programa de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

FRANCIELE MONTEIRO

Educadora na rede pública municipal de Florianópolis

“Ter um aluno especial na sala ajuda a todas as crianças”

“Em 2013, depois de 10 anos trabalhando com educação infantil, recebi pela primeira vez um aluno especial. No começo fiquei bem preocupada. Ele tinha cinco anos e era autista. Eu o conhecia, mas nada sabia sobre o assunto e de imediato decidi ir buscar informação sobre como lidar.

Acessei a internet, entrei em um grupo de discussão, fui ler sobre o assunto com outras pessoas e colegas da unidade. Percebi que a turma de alunos achava estranho o comportamento do coleguinha, que não respondia quando era chamado para brincar, às vezes jogava os brinquedos, brigava com eles.

Expliquei os motivos e fizemos um pacto: tínhamos que tratá-lo de igual para igual, mas entendendo os motivos do seu comportamento.

Apesar disso, senti que eles continuavam o tratando

como um bebê grande e achei necessário mudar isso. Tanto o aluno autista como os demais se entenderam.

Muitas vezes, via as crianças explicando no recreio para outros alunos e professores os motivos de ele não atender aos chamados para as brincadeiras.

As crianças se tornaram multiplicadores: falavam em casa e muitos pais vinham conversar comigo.

Nós todos da sala entramos no mundo dessa criança, que se mostrava tranquila e respondia bem ao convívio.

Foi um grande crescimento tanto para mim como educadora, como para os alunos que aprenderam que na vida existem pessoas diferentes.

Para o nosso menino autista também, pois teve a possibilidade de exercer sua imaginação e seu mundo em um mundo que certamente não era o dele. Mas onde envolveu e foi envolvido”

SABRINA BROGNOLI D'AQUINO

Jornalista, mãe de Enzo, 7 anos

“Os pais vivem como soldados em uma guerra que não acaba”

“Meu filho nunca teve matrícula recusada em escola particular. Mas o que sofremos talvez seja ainda pior, porque as escolas nos recebiam com sorrisos e diziam que sim, faziam inclusão, para depois tratar o Enzo com tal descaso que era impossível mantê-lo na instituição. Foram duas escolas particulares.

Numa, a professora dizia que o Enzo atrapalhava. Na outra, a diretora e proprietária ameaçou trancá-lo numa sala nas horas de recreio “para a

Ainda no ensino infantil, vivemos um sonho: a inclusão muito bem feita na creche pública. Agora, que ele está na primeira série, voltei para a realidade: o que se faz é a integração, não a inclusão de fato.

Ele está ainda na escola pública, onde sobra boa vontade, mas ainda faltam recursos financeiros e humanos, falta flexibilidade no método de ensino.

Não é à toa que pesquisas indicam que pais de autistas têm o mesmo nível de estresse de soldados em



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 25/09/2014
Assunto: Eleições		Página: Online



OPINIÃO: EDUCAÇÃO E ELEIÇÕES 2014

"Na reta final das eleições para a Presidência da República e governos estaduais, muito pouco se tem abordado um dos principais fatores capazes de impulsionar o desenvolvimento: a Educação", afirma Rubens Passos

Fonte: Jornal do Tocantins (TO)

Na reta final das eleições para a Presidência da República e governos estaduais, muito pouco se tem abordado um dos principais fatores capazes de impulsionar o desenvolvimento: a Educação. Nos debates, todos os tipos de problemas, acusações e escândalos foram levantados, mas nada se falou de concreto a respeito do que os programas de governo dos candidatos preveem para melhorar a situação do Ensino no País.

A União tem condições de contribuir para o avanço da qualidade das Escolas públicas, embora a responsabilidade constitucional pela Educação infantil, Ensino fundamental e o Médio seja de prefeituras e estados. Porém, o Governo Federal e as demais unidades federativas não têm dado ao setor atenção proporcional à sua importância para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com o Ideb - um indicador geral do desempenho dos Alunos nas redes privada e pública divulgado pelo Ministério da Educação no início de setembro -, o Brasil ficou abaixo da meta projetada no ciclo final do Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino médio.

O nosso grande desafio continua sendo melhorar o Ensino Básico e evitar a evasão Escolar. De acordo com os mais atualizados dados, em 2012 a taxa de abandono atingiu 24,3%. O índice é ainda mais preocupante se comparado aos de nações vizinhas, como Chile (2,6%), Argentina (6,2%) e Uruguai (4,8%).

Nesse sentido, uma das providências importantes é reduzir os impostos incidentes sobre os materiais Escolares. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) divulgou que esses artigos são taxados em até 47%, como no caso das canetas. Itens como apontador e a borracha Escolar têm alíquota de 43%; caderno universitário e lápis, 35%.

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estabelece o fim dos impostos sobre os materiais Escolares. Trata-se da PEC 24/2014, apresentada pelo senador Alfredo



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nascimento. Sua aprovação seria uma solução imediata para a redução da elevadíssima carga tributária sobre material Escolar existente no País e uma forma de demonstrar que nossos parlamentares e governantes realmente levam a sério o tema da Educação.

Por todas essas razões, a Associação Brasileira dos Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE) encaminhou aos candidatos à Presidência da República e a cargos do Legislativo, reivindicação de apoio à aprovação da PEC.

Já é hora de os governantes, parlamentares e os candidatos à presidência e aos governos estaduais prestarem mais atenção e focarem seus esforços em resolver esse problema tão grave. Ou alguém duvida que a precariedade da Educação pública é um dos obstáculos ao nosso progresso socioeconômico?

*Rubens Passos é presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE)



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 25/09/2014
Assunto: Desempenho na Educação		Página: Online



OPINIÃO: EDUCAÇÃO: MAIS EFICIÊNCIA E MAIS FOCO

"É preciso que os novos recursos aplicados à Educação cheguem à escola", afirma Mozart Neves Ramos

Fonte: Correio Braziliense (DF)

O recente relatório Education at a Glance 2014: OECD Indicators traz informações relevantes sobre a estrutura, o financiamento e o desempenho de vários sistemas educacionais ao redor do mundo, incluindo o Brasil.

Chama a atenção, no caso do Brasil, o crescimento do gasto público total em Educação entre 2000 e 2011. Foi o país cujo gasto mais cresceu entre todos os pesquisados, saltando de 3,5% para 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso equivale a 19% do total de gasto público, bem acima da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que foi de 13%. Por seu lado, olhando os números com base no custo por Aluno, a situação se inverte.

O Brasil gasta US\$ 2.985, bem abaixo do que fazem os países da OCDE, que aplicam US\$ 8.952 por Aluno por ano. Com base na referência custo por Aluno, o Brasil é o segundo que menos investe. Isso decorre, em grande parte, da baixa eficiência do sistema educacional; a reprovação, o abandono Escolar e a distorção idade-série são muito elevados quando comparados com os dos países da OCDE. Não se pode também esquecer o baixo desempenho Escolar dos Alunos brasileiros quando comparado com o dos estudantes dos países da OCDE, levando-se em conta os resultados do Pisa.

Fato que também chama a atenção é a redução gradual da diferença de investimento no Aluno do Ensino superior quando comparado com o do Ensino fundamental. Hoje, o gasto por Aluno do Ensino superior é quatro vezes maior do que o praticado no Ensino fundamental, mas a diferença já foi bem maior. Em 2000, a proporção era de 11 vezes!

No que se refere às taxas de matrícula, o Brasil vem em parte fazendo o dever de casa, em particular na Pré-Escola, que inclui crianças de 4 e 5 anos de idade. De 2005 para 2012, a taxa das crianças de 4 anos cresceu de 37% para 61%, e a de 5 anos saltou de 63% para 83%. O problema é que, de acordo com o Plano Nacional de Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(PNE), o Brasil deve universalizar, até 2016, a oferta de matrículas na Pré-Escola. E, apesar do crescimento verificado, será muito difícil o país alcançar a universalização daqui a dois anos. A taxa de matrícula na Pré-Escola, em 2012, agregando as duas idades, é de 82,2%. Isso significa que, mal o PNE foi aprovado, o país já vai precisar rever a primeira das 20 metas do plano.

Outra informação que nos chama a atenção é o grande impacto do fator Educação no rendimento salarial dos trabalhadores quando comparado ao que ocorre nos países da OCDE. Por exemplo, os adultos com Educação de nível superior ganham 2,5 vezes mais do que os que cursaram o nível médio; na OCDE, esse fator é de apenas 1,6.

Ainda nesse contexto, o rendimento salarial dos brasileiros sem Educação de nível médio é 42% menor que o dos que têm o diploma desse nível. Comparando os rendimentos salariais relativos a cada gênero no Brasil, as mulheres ganham, em média, 63% menos do que os homens de mesmo nível educacional. Na OCDE, o percentual é de 73%.

Fica também evidente, no relatório da OCDE, quanto o país precisa avançar na internacionalização do Ensino. O Brasil tem o menor percentual de Alunos estrangeiros cursando suas universidades: menos de 0,5% do total de matrículas do Ensino superior. E mais: desse pequeno contingente de estudantes estrangeiros, 27% vêm de países de língua portuguesa. Isso é resultado da baixíssima oferta, por parte das nossas universidades, de disciplinas e cursos em língua estrangeira, em especial a inglesa.

Em resumo, o relatório mostra que, de fato, o Brasil vem melhorando no campo da Educação, mas numa velocidade aquém do desejável. É preciso que os novos recursos aplicados nesse campo cheguem à Escola, ou seja, sejam gastos com mais eficiência e mais foco.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 26/09/2014
Assunto: Gestão da Educação		Página: Online



Plataforma de Governança: iniciativas inspiradoras nas Gestões Estaduais da Educação

Encontro, que lança plataforma colaborativa, reúne representantes das redes estaduais para oficinas e debates sobre gestão de projetos na educação pública

As iniciativas inspiradoras de gestão da educação estão em pauta, nos dias 24 e 25 de setembro, em Florianópolis, no encontro realizado pelo Instituto Natura e Consed. O evento conta com a participação de representantes das secretarias estaduais de Educação de todo o país.

Pedro Villares, diretor-presidente do Instituto Natura, na fala de abertura do evento apontou os pilares do instituto, que tem priorizado ações em gestão, inovação e transformação social a partir da educação. Entre os projetos de destaque ligados à educação, Villares citou o portal Conviva, em parceria com a Undime e, que já atingiu cerca de 4mil municípios em todo o Brasil. E a nova Plataforma de Iniciativas Inspiradoras, em parceria com o Consed e, resultado da Pesquisa em Governança realizada em todas as redes estaduais de educação.

E a plataforma, segundo Villares, será um grande instrumento de compartilhamento para os técnicos e gestores das secretarias estaduais de educação. “Queremos que todos deem as mãos para juntos realizamos as mudanças necessárias por uma educação pública de qualidade”, afirmou.

O secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, Eduardo Deschamps, fez uma saudação de boas-vindas pela presença de todos os representantes dos estados em Santa Catarina. “É sempre um prazer receber pessoas de todos os cantos do Brasil”, na oportunidade o secretário também registrou a saudação aos participantes encaminhada pela professora Nilene, presidente do Consed,

O vice-presidente do Consed contextualizou o processo de elaboração da pesquisa de governança das secretarias estaduais de educação, realizada por meio da parceria do Consed com a FGV e o Instituto Natura, afirmando que desde o princípio esteve



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

entusiasmado com a proposta. Para Deschamps a pesquisa corrobora para a compreensão dos três elementos que efetivamente proporcionam resultados na educação: “Currículo, Formação de professores e Gestão”.

Deschamps destaca que “países que possuem os melhores resultados internacionais já têm uma base nacional comum”. O secretário fez questão de ressaltar que o debate sobre o currículo passa obrigatoriamente pelo estabelecimento de “um diálogo com os professores para que possamos gerar um documento forte sobre a Base Nacional Comum”.

Continuando, Deschamps aponta que a formação de professores é outra questão importante para a educação brasileira. Segundo ele é preciso constituir “professores inspiradores - profissionais com boa formação e que sejam capazes de inovar nos espaços de ensino-aprendizagem”. Também é preciso estabelecer, a partir da nova Base Nacional Comum, o diálogo com as universidades para adequação da formação, “precisamos deixar mais claro para o ensino superior o que é preciso nessa formação”, o secretário lembra que as redes devem também manter os investimentos sobre a formação continuada, além de avançar nos debates sobre a questão de carreira, salariais e condições de trabalho.

E o último elemento destacado pelo secretário é a própria gestão, para ele “não é possível dissociar a escola de resultados, da boa gestão das redes de educação. “É preciso liderança e gestão com a equipe. É preciso um olhar sobre as iniciativas inspiradoras, não precisamos inventar a roda, precisamos trocar experiências e conhecimentos para multiplicar os bons resultados na educação brasileira.”

Por fim, o secretário Deschamps afirmou que enquanto brasileiro não pode estar satisfeito se “não conseguirmos resultados positivos na educação em todos os estados do Brasil”. Para ele será imprescindível as trocas de experiências com o setor privado, a exemplo da Natura, são importantíssimas, pois, “nossas redes estaduais possuem dimensão de grandes corporações com milhões de pessoas atendidas e milhares de unidades de atendimento, logo, precisamos melhorar esse atendimento e as experiências do setor privado podem ajudar nesse processo que necessitará fortemente de instrumentos de boa gestão”, finalizou.

Na agenda do encontro está programada uma série de oficinas relacionadas a gestão de projetos na Educação Pública. O evento também serviu como oportunidade para o lançamento da plataforma virtual de governança – Iniciativas Inspiradoras, que reuni as boas práticas de gestão em cada rede estadual.

A plataforma, além de um espaço agregador dos cases de sucesso, será um mecanismo de consolidação de uma rede colaborativa entre as secretarias de Educação para trocas de iniciativas e soluções.

HISTÓRICO - A Pesquisa Governança das Secretarias Estaduais de Educação: diagnóstico e iniciativas inspiradoras - surgiu, em 2012, com o interesse do Consed em "conhecer a realidade de estados" e a parceria com o Instituto Natura e a Fundação Getúlio Vargas. O tema da pesquisa está alinhado com o papel do Conselho de articular e promover consenso nas políticas públicas de educação pública brasileira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O resultado da pesquisa foi concebido a partir de um diagnóstico realizado nas 27 Secretarias Estaduais de Educação do Brasil, com cerca de 100 participantes entre técnicos das secretarias e pesquisadores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 26/09/2014
Assunto: Estratégias na Educação		Página: on-line



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TAMBÉM PODE AJUDAR A EDUCAÇÃO

Redes municipais traçam estratégias para aprimorar o ensino a partir do monitoramento do desempenho de seus estudantes. O fruto: melhores notas

Todos os meses, a Secretaria de Educação de Vinhedo, cidade paulista localizada a 67 quilômetros da capital, recebe um relatório sobre o desempenho de cada um dos alunos da rede municipal. No computador, as notas obtidas em provas se transformam em gráficos, que mostram a evolução dos estudantes ao longo da vida escolar. Se a nota de um deles fica abaixo da expectativa, uma equipe analisa o caso tentando encontrar possíveis causas do resultado inesperado. Tão logo o problema é detectado, estratégias são traçadas para solucioná-lo e evitar que as notas continuem caindo nos meses seguintes.

Esse planejamento estratégico — comum no setor privado, mas inusitado no público — é um dos responsáveis pela melhoria na qualidade da educação oferecida em Vinhedo e também em outros municípios que se destacam no cenário nacional. Em todos eles, a busca por avanços começou de maneira semelhante: as redes constataram, após avaliação feita por todos os alunos, que as escolas estavam muito abaixo da média de outras cidades e decidiram traçar um plano de metas e estratégias para alterar esse quadro.

As ações tomadas por Vinhedo fizeram com que o desempenho da rede local na avaliação de matemática da Prova Brasil, principal indicador de qualidade do ciclo fundamental, subisse 17 pontos percentuais em sete anos — o avanço médio nacional foi de 10 pontos. Controle de frequência de alunos e professores, reforço para estudantes com dificuldades e alterações nos planos de aula estão entre as medidas que ajudaram no avanço.

"Conseguimos saber pelas avaliações que a tabuada é um dos problemas recorrentes dos alunos das séries iniciais e é mais acentuado no 5º ano. Por isso, os professores passaram a se reunir para criar estratégias para ensinar o assunto em todas as séries, evitando que ele seja um problema no fim do ciclo", diz a professora Márcia Izabel Ferrari, que leciona no 5º ano e também dá aulas de reforço de matemática na escola municipal Maria de Lourdes Von Zuben. A unidade obteve 249,58 pontos na avaliação de matemática da Prova Brasil de 2011, a maior nota da cidade — a média brasileira é de 202,7.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Poucos gestores vão além das reclamações e montam um plano de ação com metas e estratégias bem definidas para melhorar. Ter uma avaliação própria da rede de ensino é imprescindível para o planejamento", diz Neuza Chaves, pedagoga especialista em consultoria organizacional e autora do livro *Gestão para Resultados na Educação*. "Como as avaliações federais são feitas a cada dois anos, os gestores precisam monitorar as notas de outra maneira, para evitar que o problema se prolongue por muito tempo e fique fora de controle."

Além de alavancar as notas dos alunos, o monitoramento de dados educacionais também faz com que a gestão pública seja mais eficiente. Em Campo Bom, cidade da Grande Porto Alegre (RS), além de acompanhar o desempenho dos alunos em provas, a rede coleta a cada seis meses informações sobre a rotina de cada estudante: quantas horas assiste à TV por dia? Quanto tempo passa no computador? Com que frequência recebe ajuda dos pais no dever de casa? Quanto tempo leva para chegar à escola? Essas informações ajudam a traçar o mapa de transporte escolar, o cardápio da merenda e o cronograma das atividades de contraturno, além de servir de recurso para os professores pensarem em aulas mais atrativas.

"Certa vez, notamos uma súbita queda no desempenho dos alunos e um número maior de reclamações por indisciplina. Avaliamos o desempenho nas últimas provas, os planos de aula usados pelos professores e a metodologia que estavam usando, mas nada deu pistas sobre o problema. Ao analisar as informações pessoais dos alunos, descobrimos que 70% deles declararam ter ar-condicionado em casa, mesmo nas regiões mais pobres, e que o calor de 40° C que fazia naquele verão poderia ser a causa do problema", conta Eliane Reis, secretária de Educação de Campo Bom. O aparelho foi instalado nas escolas onde a queda das notas fora mais acentuada e, em pouco tempo, o desempenho começou a subir. "Se não tivéssemos essas informações armanezadas, seria muito difícil identificar um problema como esse", diz.

O planejamento estratégico para garantir qualidade em todas as escolas da rede é um dos pontos analisados pelo prêmio Prefeito Nota 10, a ser conferido neste ano pelo Instituto Alfa e Beto a partir dos resultados da Prova Brasil 2013. "O bom gestor tem que ser capaz de usar os dados a seu favor. Os resultados obtidos têm que servir de motor para a mudança e de diagnóstico para otimizar tempo e recursos públicos e jamais podem ser usados para punir professores por maus resultados", afirma João Batista Araújo, presidente do Instituto Alfa e Beto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 26/09/2014
Assunto: Leitura		Página: Online

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Nº 100 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Nível de leitura de alunos de 8 anos é considerado baixo em 22 Estados

Na primeira avaliação nacional da alfabetização promovida no país, Estados do Norte e Nordeste registraram o pior desempenho no exame, que mediu conhecimentos de português e matemática de cerca de 2,3 milhões de crianças do 3º ano (oito anos de idade) na rede pública.

No extremo oposto, Estados do Sul e Sudeste como Santa Catarina e Minas Gerais tiveram bons indicadores.

A prova foi aplicada no final do ano passado e mediu a aprendizagem com base em uma escala de quatro níveis. Em leitura, 22 Estados brasileiros concentraram mais da metade de seus alunos nos dois níveis mais baixos.

Em matemática, 20 Estados e o Distrito Federal estão nessa situação, o que significa que essas crianças não conseguem analisar informações em gráfico de barras ou resolver problemas de subtração com número de até dois algarismos, por exemplo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS

Cerca de 2,3 milhões de crianças do 3º ano foram avaliadas na rede pública

ENTENDA OS NÍVEIS

Exemplos de habilidades dos alunos que foram classificados dos estágios 1 (mais baixo) ao 4 (mais alto)

LEITURA	ESCRITA	MATEMÁTICA
1 - Ler, com base em imagens, palavras dissílabas, trissílabas e polissílabas com estrutura silábica canônica (sempre na ordem consoante, vogal) e não canônica. (ca-va-lo; ca-sa; di-nhei-ro; a-be-lha)	1 - Escrever palavras com sílabas canônicas e não canônicas com alguma dificuldade (omissão ou troca de letras)	1 - Reconhecer horas e minutos em relógio digital e associar objetos do cotidiano a figuras geométricas, entre outros
2 - Identificar finalidade de textos como convite, cartaz, receita de bolo e identificar assunto de um determinado texto, disponível no título ou na primeira linha	2 - Escrever textos incipientes apresentados na forma de apenas uma frase e produzir textos narrativos com ausência ou inadequação de elementos como pontuação e concordância verbal	2 - Associar valor monetário de uma cédula a um agrupamento de moedas e cédulas e resolver problemas de adição sem reagrupamento (23+14; 61+25), entre outros
3 - Localizar informação explícita situada no meio ou final do texto, em gêneros como lenda e cantiga folclórica, e inferir relação de causa e consequência em gêneros como "tirinha"	3 - Escrever textos narrativos com mais de uma frase, a partir de uma situação dada, e produzir textos narrativos com poucas inadequações	3 - Calcular adição de duas parcelas com reagrupamento (28+67; 47+23) e resolver problema de subtração com número de até dois algarismos, entre outros
4 - Reconhecer a relação de tempo em texto verbal e identificar referente de pronome possessivo em poema	4 - Produzir textos narrativos a partir de uma situação dada seguindo a norma padrão da língua	4 - Reconhecer medidas de tempo em relógio analógico e informações em gráfico de barras, entre outros



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DESEMPENHO RUIM NOS ESTADOS

Percentual de alunos nos níveis mais baixos (1 e 2)

	LEITURA (%)	ESCRITA (%)	MATEMÁTICA (%)
ACRE	52,8	40,85	59,48
ALAGOAS	81,56	58,47	81,27
AMAPÁ	79,54	56,62	82,8
AMAZONAS	69,18	56,06	71,62
BAHIA	77,64	59,45	78,11
CEARÁ	52,07	44,5	57,17
DISTRITO FEDERAL	49,73	35,33	50,08
ESPÍRITO SANTO	50,06	39,37	49,56
GOIÁS	51,81	33,71	53,69
MARANHÃO	80,89	61,13	83,11
MATO GROSSO	55,03	33,52	57,23
MATO GROSSO DO SUL	53,55	38,35	57,89
MINAS GERAIS	38,66	34,77	40,55
PARÁ	78,06	59,24	79,79
PARAÍBA	76,07	60,2	76,4
PARANÁ	46,11	26,08	45,82
PERNAMBUCO	71,16	50,49	70,09
PIAUI	77,33	56,92	78,87
RIO DE JANEIRO	57,25	41,71	59,18
RIO GRANDE DO NORTE	72,57	51,76	75,34
RIO GRANDE DO SUL	50,97	34,14	49,66
RONDÔNIA	56,89	39,65	58,39
RORAIMA	67,37	44,61	68,17
SANTA CATARINA	39,43	21,57	37,99
SÃO PAULO	42,53	28,05	40,95
SERGIPE	80,65	59,54	79,58
TOCANTINS	68,37	46,13	70,37

Fonte: Resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) obtidos pela Folha

Na semana passada, os dados foram encaminhados às escolas via sistema on-line, ao qual a Folha teve acesso.

O presidente do Inep (órgão do Ministério da Educação responsável pelo exame), José Francisco Soares, explicou que os níveis 2, 3 e 4 são tidos como adequados, ainda que indiquem diferentes estágios de aprendizagem.

A ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) é uma das medidas que integram o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado pela presidente Dilma Rousseff (PT) em 2012.

O ministro Henrique Paim (Educação) afirmou que escolas com baixo desempenho terão atenção especial.

"Nós não estamos satisfeitos, por isso temos o pacto, para melhorar os resultados."

O Inep não elaborou um indicador nacional com base nos dados de cada escola nem unificou os resultados das três áreas em um indicador de alfabetização. O objetivo é evitar



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

a criação de um ranking nacional com base em prova aplicada a crianças em início de vida escolar.

As escolas também receberam informações sobre o perfil de seu corpo docente e o nível socioeconômico dos alunos, com base na escolaridade e posse de bens e serviços pelos pais.

Alejandra Velasco, coordenadora-geral do movimento Todos pela Educação, destaca que um desempenho ruim nessa fase do ensino fundamental repercute nas etapas seguintes. "O quarto e quinto ano são de consolidação dessa aprendizagem."

Para ela, a formação de docentes e a infraestrutura das escolas contribuem para o "abismo entre as regiões".